

# Ardil "progressista"

Se o prenúncio de nefastas articulações políticas, com o objetivo de desestabilizar e reverter de forma indevida os trabalhos do Congresso constituinte, corresponde, em certa medida, a indícios reais, tem servido, por outro lado, como argumento ardilosamente manejado para identificar com posições de extrema-direita qualquer reparo mais contundente aos parlamentares. Tenta-se criar, assim, a ficção de que o substitutivo é "progressista" e de que as críticas revelam insatisfações de setores "reacionários". O que se pede, na verdade, é complacência da opinião pública — isto o Congresso constituinte não terá.

A nação elegeu representantes para que fornecessem ao país um conjunto eficiente de regras constitucionais adequado às necessidades de uma nova etapa histórica de desenvolvimento democrático, social e econômico. O que se esperava era uma Carta que renovasse os estímulos à modernização, liberando-os e não aprisionando-os em dispositivos corporativistas, em armadilhas burocráticas e cartoriais. Espera-se, ainda, por este texto. Espera-se, contudo, sem a expectativa anterior. E foram os constituintes, apenas eles, os artifices do descrédito que passou a rondar o Congresso. Esqueceram-se de que foram encarregados da missão de elaborar normas para regular a dinâmica das relações sociais e não para determiná-la previamente, através de travas as mais aberrantes. Perderam-se no jogo minúsculo dos interes-

ses imediatos e dos oportunismos. Qualquer testemunha das votações pode depor sobre a falta de escrúpulos com que muitas delas têm se processado.

Diz-se que este é o retrato do Brasil. É possível, embora nem todos nele se reconheçam. E os que não se reconhecem em tal silhueta esdrúxula devem, evidentemente, manifestar suas objeções. Isto não pode ser confundido com insuflamentos à desestabilização e sorradeiras convocações ao poder militar — inadmissíveis, diga-se com todas as letras. É preciso que as lideranças políticas mais modernas — aqueles que ainda preservam alguma autenticidade e distância mínima do fisiologismo e da miopia reinantes — saibam distinguir a procedência das objeções que se têm feito à Constituinte; não são águas da mesma fonte, não são posições redutíveis fácil e simplesmente ao rótulo de "conservadoras". Não se pode transigir, por outro turno, com movimentações irresponsáveis que apostam no agravamento da crise e em soluções de força, à moda de repúblicas de bananas.

Cabe ao Congresso, reunido para elaborar a Carta, consultar o termômetro da opinião pública e não ignorá-lo olímpicamente ou desqualificar suas medições. Há mecanismos regimentais que permitem ainda a correção dos equívocos pelo plenário. Que sejam, então, usados com grandeza e soberania.

21 OUT 1987

FOLHA DE SÃO PAULO